

Avaliação da prescrição: ilegitibilidade de prescrições atendidas em uma farmácia**Evaluation of the prescription: illegibility of prescriptions served in a pharmacy**

Recebimento dos originais: 20/02/2019

Aceitação para publicação: 26/03/2019

Mônica Miyuki Takahashi

Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário São Camilo de São Paulo
Centro Universitário São Camilo
Av. Nazaré 1501, 04263-200, São Paulo, SP, Brasil
e-mail: monica_miih@hotmail.com

Juliana Cristina do Nascimento

Farmacêutica pela Universidade São Judas Tadeu de São Paulo
Centro Social Nossa Senhora do Rosário
Rua Guará 56, 05025-020, São Paulo, SP, Brasil
e-mail: juucnascimento@gmail.com

Valter Luiz da Costa Junior

Mestre em Farmacologia pela Universidade Federal de São Paulo
Centro Universitário São Camilo – CUSC
Av. Nazaré 1501, 04263-200, São Paulo, SP, Brasil
e-mail: vcosta.pharmacia@gmail.com

Luciane Maria Ribeiro Neto

Doutora em Medicina Veterinária pela Universidade de São Paulo
Centro Universitário São Camilo – CUSC
Av. Nazaré 1501, 04263-200, São Paulo, SP, Brasil
e-mail: lumrn@hotmail.com

RESUMO

A morbimortalidade prevenível relacionada ao medicamento é um problema frequente encontrado nos sistemas de saúde, tendo como uma das principais causas os erros de medicação. Dentre as causas que levam aos erros destaca-se a ilegitibilidade das prescrições que compromete a interpretação correta do medicamento prescrito, dosagem e via de administração. Desta forma, objetivou-se verificar a ocorrência de prescrições ilegíveis em uma farmácia sem manipulação. Foi realizado um estudo observacional que avaliou 2.869 prescrições atendidas de 20 de março a 31 de agosto de 2017 em uma farmácia sem manipulação de um Centro Social da cidade de São Paulo. A análise de prescrições incidu sobre receituários médicos e de outros profissionais da área da saúde, atendidos neste estabelecimento e foram primeiramente quantificadas e classificadas em manuais ou digitadas. Para categorização da ilegitibilidade as prescrições foram avaliadas por um acadêmico de farmácia e por um farmacêutico, sendo que quando ambos consideraram comprometida a leitura da prescrição, esta foi considerada ilegível. Das 2.869 prescrições avaliadas, 52,4% eram manuais e 1,2 % apresentaram problema relacionado à legibilidade. Estas prescrições ilegíveis apresentaram até cinco medicamentos, sendo que 33,3% tinham

apenas um medicamento prescrito e 11,1% cinco medicamentos. O problema relacionado à falta de legibilidade é relevante em razão da possibilidade de induzir ao erro ou confusão, bem como, por impossibilitar a dispensação, podendo assim, interromper ou alterar o processo de assistência ao paciente. Sendo assim, a implantação da prescrição eletrônica e a conscientização de profissionais de saúde e pacientes torna-se fundamental na diminuição de erros de medicação e conseqüente contribuição na segurança do paciente.

Palavras Chave: Medicamento. Erro de medicação. Legibilidade. Assistência ao paciente.

ABSTRACT

Preventable morbimortality related to medication is a frequent problem found in health systems, with medication errors being one of the main causes. Among the causes that lead to the errors, the illegibility of the prescriptions that compromises the correct interpretation of the prescribed medication, dosage and route of administration stands out. In this way, the objective was to verify the occurrence of illegible prescriptions in a pharmacy without manipulation. An observational study was conducted that evaluated 2,869 prescriptions answered from March 20 to August 31, 2017 in a pharmacy without manipulation of a Social Center in the city of São Paulo. The analysis of prescriptions focused on medical prescriptions and other health professionals attended at this establishment and were first quantified and classified into manual or typed. For the categorization of illegibility the prescriptions were evaluated by a pharmacy academic and by a pharmacist, and when both considered compromised the reading of the prescription, it was considered illegible. Of the 2,869 prescriptions evaluated, 52.4% were manual and 1.2% presented problems related to readability. These illegible prescriptions presented up to five medicines, with 33.3% having only one prescription drug and 11.1% five medicines. The problem related to the lack of readability is relevant because of the possibility of inducing the error or confusion, as well as, because it is impossible to dispense, which can interrupt or change the patient care process. Thus, the implantation of electronic prescription and the awareness of health professionals and patients becomes fundamental in the reduction of errors of medication and consequent contribution in patient safety.

Keywords: Medication. Medication error. Legibility. Patientcare.

1 INTRODUÇÃO

Os medicamentos são atualmente a tecnologia em saúde mais utilizada no tratamento e profilaxia de doenças, levando os pacientes a melhores condições de saúde e aumento da expectativa de vida (MARIN *et al.*, 2003).

Segundo Hepler (2000) a morbimortalidade prevenível relacionada ao medicamento é um problema frequente encontrado nos sistemas de saúde, sendo as principais causas: prescrição inadequada; reações adversas a medicamentos; não adesão ao tratamento; dosagens erradas; falta do medicamento necessário; seguimento inadequado e erros de medicação. Os resultados inadequados da farmacoterapia devem ser prevenidos sob um ponto de vista clínico, humanitário e monetário, uma vez que os recursos gastos com a morbidade prevenível

poderiam ser investidos em intervenções que tornassem o uso dos medicamentos mais seguro e efetivo (HEPLER, 2000).

A atuação do farmacêutico é requisito essencial para a dispensação de medicamentos (BRASIL, 2001), Compete ao farmacêutico a avaliação da prescrição observando os seguintes critérios: legibilidade e ausência de rasuras e emendas; identificação do usuário; identificação do medicamento, concentração, dosagem, forma farmacêutica e quantidade; modo de usar ou posologia; duração do tratamento; local e data da emissão; e assinatura e identificação do prescriptor com o número de registro no respectivo conselho profissional (BRASIL, 2009).

O erro de medicação segundo o *National Coordinating Council for Medication Error Reporting and Prevention* (2019) é qualquer evento prevenível que pode causar lesão ou não ao paciente, ou dar lugar a uma utilização inadequada dos medicamentos, quando estes estão sob o controle dos profissionais de saúde, ou do paciente ou do consumidor.

Dentre as causas que levam aos erros destaca-se a ilegibilidade das prescrições que apesar de a legibilidade ser responsabilidade legal do prescriptor tem-se a ocorrência de prescrições cuja ilegibilidade compromete a interpretação correta do medicamento prescrito, dosagem e via de administração. Como consequência, vários eventos adversos são relatados na literatura mundial, ocasionados pela ilegibilidade das prescrições de medicamentos, sendo geralmente agravados pela semelhança entre os nomes destes.

Sendo assim, este estudo visou verificar a ocorrência de prescrições ilegíveis atendidas em uma farmácia comunitária que pudessem induzir a erro ou troca na dispensação de medicamentos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional de prescrições atendidas de 20 de março a 31 de agosto de 2017 em uma farmácia comunitária de um Centro Social da cidade de São Paulo.

A análise de prescrições incidiu sobre 2.869 receituários médicos e de outros profissionais da área da saúde, atendidos neste estabelecimento, e foram primeiramente quantificadas e classificadas em manuais ou digitadas.

Para categorização da ilegibilidade as prescrições foram avaliadas por um acadêmico de farmácia e um farmacêutico, sendo que quando ambos consideraram comprometida a leitura da prescrição, esta foi considerada ilegível. Aquelas que não atenderem ao critério de avaliação da legibilidade foram computadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação com os erros de medicação no ambiente hospitalar tem sido alvo de estudos, incluindo aqueles relacionados a erros na administração de medicamentos (KEERS *et al.*, 2013) e a erros na dispensação de medicamentos (CHEUNG; BOUVY; DE SMET, 2009). Da mesma forma, torna-se importante identificar no âmbito das farmácias comunitárias os potenciais problemas relacionados às prescrições que podem induzir a erros de medicação. Segundo apontado por Cheung, Bouvy & De Smet (2009) em uma revisão sistemática, há poucos estudos relacionados às farmácias comunitárias que apontem os erros de medicação embora estas sejam responsáveis por uma significativa porcentagem da dispensação de medicamentos.

Das 2.869 prescrições avaliadas, 52,4% eram manuais e 1,2 % apresentaram problema relacionado à legibilidade. Estas prescrições ilegíveis apresentaram até cinco medicamentos, sendo que 33,3% tinham apenas um medicamento prescrito. A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos da avaliação das prescrições manuscritas ilegíveis em relação a quantidade de medicamentos por prescrição.

Nº de medicamentos por prescrição	Total de ocorrências
1	33,3%
2	11,1%
3	33,3%
4	11,1%
5	11,1%

Tabela 1. Resultados obtidos da avaliação das prescrições manuscritas ilegíveis em relação a quantidade de medicamentos por prescrição atendidas no período de 20/Mar a 31/Ago de 2017 por uma farmácia comunitária de um Centro Social de São Paulo.

Sabe-se que a legibilidade condiciona a comunicação e pode interromper ou alterar o processo de assistência ao paciente, resultando em consequências danosas para o mesmo (NERI, 2004). Neste estudo, identificou-se que 1,2% das prescrições atendidas eram ilegíveis, segundo o critério de avaliação adotado, que constitui-se um potencial problema que pode induzir ao erro ou troca durante a dispensação. Além disso, se a ilegibilidade comprometer a identificação do prescritor a intervenção farmacêutica ficará prejudicada (ARAÚJO;

UCHÔA, 2011). Este achado foi menos expressivo do que os achados em um estudo realizado com 1.052 prescrições atendidas pela rede de atenção à saúde de Ribeirão Preto-SP, em que 3,6% do total de prescrições foram classificadas como ilegíveis (ZANETTI; MARCHETTI; ANDRADE, 2017).

Entre as prescrições ilegíveis, apenas 33,3% das prescrições eram de um medicamento, o que sugere um maior comprometimento no tratamento medicamentoso do paciente.

Outro grave problema da ilegitimidade é a geração de interpretações equivocadas, levando à troca de medicamento, de paciente e/ou da via de administração. Tudo isso pode ocorrer tanto na fase de dispensação quanto na de administração do medicamento (ARAÚJO; UCHÔA, 2011).

Entre os vários aspectos citados pela literatura para prevenir ou reduzir os erros na medicação está a tecnologia de informação. Assim, o uso do código de barras nas embalagens dos medicamentos e a prescrição médica eletrônica estão entre estas estratégias. A prescrição médica eletrônica, é aquela onde o médico (ou o transcritor) ao invés de escrever manualmente a prescrição numa folha, utiliza um computador para digitá-la seguindo um modelo já estabelecido. Essa tem a capacidade de reduzir a quantidade de erros, uma vez que elimina a dificuldade na leitura e no entendimento ocasionados pela letra ilegível do médico e possibilita que os erros de digitação sejam corrigidos no momento da elaboração da prescrição sem que, para isto, haja rasuras ou rabiscos que dificultam ainda mais o entendimento das informações (VILELA; JERICÓ, 2016).

5 CONCLUSÃO

O problema relacionado à falta de legibilidade é relevante em razão da possibilidade de induzir ao erro ou confusão, bem como, por impossibilitar a dispensação, podendo assim, interromper ou alterar o processo de assistência ao paciente. Sendo assim, a implantação da prescrição eletrônica e a conscientização de profissionais de saúde e pacientes torna-se fundamental na diminuição de erros de medicação e consequente contribuição na segurança do paciente.

A falta de clareza nas prescrições pode confundir toda a equipe de profissionais de uma instituição de saúde e causar danos ao paciente. Sendo assim, é necessário a criação de mecanismos para tornar a prescrição mais segura e correta possível, atendendo ao que é determinado na legislação e nos protocolos de segurança.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO PTB, UCHÔA SAC. Avaliação da qualidade da prescrição de medicamentos de um hospital de ensino. *Ci. Saúde Colet.* 16(1): 1107 - 1114, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 357, de 20 de abril de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 44, de 11 de AGOSTO DE 2009.

CHEUNG KC, BOUVY ML, DE SMET PAGM. Medication errors: the importance of safe dispensing. *Br J. Clin. Pharmacol.* 67(6): 676 – 680, 2009.

FERNANDES JS, FORTUNATO JMS, CORREIA-PINTO J. **Fisiologia do sistema reprodutor feminino.** Braga: Universidade do Minho, 2003.
<https://www.nccmerp.org/about-medication-errors>

HEPLER CD. Observations on the conference: A pharmacist's perspective. *Am J. Health Syst Pharm.* 57: 590 - 594, 2000.

KEERS RN, WILLIAMS SD, COOKE J, ASHCROFT DM. Prevalence and nature of medication administration errors in health care settings: a systematic review of direct observational evidence. *Ann. Pharmacother.* 47(2): 237 – 256, 2013.

MARIN N, LUIZA VL, OSORIO-DE-CASTRO CGS, MACHADO-DOS-SANTOS S, organizadores. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

NATIONAL COORDINATING COUNCIL FOR MEDICATION ERROR REPORTING AND PREVENTION. Disponível em: <<https://www.nccmerp.org/about-medication-errors>>. Acesso em: 17 fev.2019.

NÉRI EDR. Determinação do perfil dos erros de prescrição de medicamentos em um hospital universitário. 2004. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2004.

VILELA BPR, JERICÓ MC. Medication errors: management of the medication error indicator toward a more safety nursing practice. *J. Nursing.* 10(1): 228 - 231, 2016.

ZANETTI MOB, MARCHETTI JM, ANDRADE RCG. Adequação da prescrição de medicamentos na Atenção Primária à Saúde de Ribeirão Preto-SP: estudo transversal. *Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade*. 12(39): 1 – 11, 2017.